



PARECER PRÉVIO Nº 14/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11426/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Barcelos
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** José Ribamar Fontes Beleza (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** Dicop/Dicami
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6232/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Barcelos, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. José Ribamar Fontes Beleza - Prefeito Municipal, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

- 11- **Ata:** 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 27 de Maio de 2020
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



PARECER PRÉVIO Nº 14/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 14/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 14/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11426/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Barcelos
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** José Ribamar Fontes Beleza (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** Dicop/Dicami
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6232/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Alcance. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Barcelos, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. José Ribamar Fontes Beleza - Ordenador das despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. José Ribamar Fontes Beleza no valor de **R\$ 25.000,00** (Vinte e cinco mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelos atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, pelo seguinte: Relatório Conclusivo n. 53/2019 – Dicop, itens: 1.2.2, 1.3.1, 1.4.1, 1.4.2, 1.4.4, 1.5.1, 1.7.1, 1.7.2, 1.7.3, 1.8.1, 1.8.2, 1.9.1, 1.9.3, 1.9.4, 1.9.5, 2.1.1, 2.2.1, 2.3.2, 2.3.8, 2.4.1, 2.4.2, 2.4.3, 2.5.1, 2.5.2, 2.5.3, 2.5.4,



ACÓRDÃO Nº 14/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 14/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

2.5.5, 2.7.1, 2.7.2, 2.8.1, 2.8.3, 2.8.4, 2.8.5, 2.8.6, 2.9.1, 2.9.2, 3.2.2, 3.3.1, 3.4.1, 3.5.1, 3.5.2, 3.5.3, 3.5.4, 3.7.1, 3.7.2, 3.7.3, 3.7.4, 3.8.1, 3.8.3, 3.8.4, 3.8.5, 3.8.6, 3.9.1, 3.9.2, 4.1.3, 4.2.2, 4.3.1, 4.4.1, 4.4.2, 4.4.3, 4.4.4, 4.5.1, 4.7.1, 4.7.2, 4.7.3, 4.8.1, 4.8.2, 4.9.1, 4.9.3, 4.9.4, 4.9.5, 4.9.6, 5.1.3, 5.2.2, 5.3.1, 5.4.1, 5.4.2, 5.4.3, 5.4.4, 5.5.1, 5.5.2, 5.5.3, 5.6.3, 5.6.4, 5.6.5, 5.6.6, 5.7.1, 5.7.2, 6.2.2, 6.3.1, 6.4.1, 6.4.2, 6.4.3, 6.4.4, 6.5.1, 6.5.2, 6.5.3, 6.6.3, 6.6.4, 6.6.5, 6.6.6, 6.7.1, 6.7.2, 7.1.1, 7.2.2, 7.3.1, 7.4.1, 7.4.2, 7.4.3, 7.4.4, 7.5.1, 7.5.2, 7.5.3, 7.6.3, 7.6.4, 7.6.5, 7.6.6, 7.7.1, 7.7.2 e Relatório Conclusivo n. 158/2019 – Dicami, itens: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53 e 54. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Considerar em Alcance o Sr. José Ribamar Fontes Beleza no valor de **R\$ 6.675.714,42** (Seis milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, setecentos e catorze reais e quarenta e dois centavos) que devem ser recolhidos, no prazo de **30 dias**, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Barcelos, fundamentando no art. 304, I do Regimento Interno do TCE/AM pelas seguintes glosa:

- 10.3.1.** Item 1 do Relatório Conclusivo n. 53/2019- Dicop no valor de R\$1.557.154,65;
- 10.3.2.** Item 2 do Relatório Conclusivo n. 53/2019- Dicop no valor de R\$2.065.862,54;
- 10.3.3.** Item 3 do Relatório Conclusivo n. 53/2019- Dicop no valor de R\$450.750,00;
- 10.3.4.** Item 4 do Relatório Conclusivo n. 53/2019- Dicop no valor de R\$485.655,00;
- 10.3.5.** Item 5 do Relatório Conclusivo n. 53/2019- Dicop no valor de R\$112.361,65;
- 10.3.6.** Item 6 do Relatório Conclusivo n. 53/2019- Dicop no valor de R\$91.928,99;
- 10.3.7.** Item 7 do Relatório Conclusivo n. 53/2019- Dicop no valor de R\$89.033,92;
- 10.3.8.** Item 41 do Relatório Conclusivo n. 158/2019 – Dicami no valor de R\$758.150,52;
- 10.3.9.** Item 49 do Relatório Conclusivo n. 158/2019 – Dicami no valor de R\$797.296,15;



ACÓRDÃO Nº 14/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 14/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.3.10** Item 50 do Relatório Conclusivo n. 158/2019 – Dicami no valor de R\$60.516,00;
- 10.3.11** Item 54 do Relatório Conclusivo n. 158/2019 – Dicami no valor de R\$207.005,00.

10.4. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. José Ribamar Fontes Beleza em caso de não recolhimento da multa e alcance no prazo concedido, ficando desde já a DERE autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.5. Recomendar à Prefeitura Municipal de Barcelos que:

- 10.5.1.** Cumpra com o máximo rigor os prazos estabelecidos no art. 216, inciso I, alínea “b”, do Decreto nº. 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social) c/c o art. 12, inciso I, e art. 9, inciso I, alínea “m”, evitando a incidência de multa e juros;
- 10.5.2.** Mantenha sempre atualizadas as informações no Portal da Transparência, conforme determina o art. 48, parágrafo único, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, bem como, o inciso VI, do § 3º do art. 8º, da Lei nº 12.527/2011, que regula o Acesso a Informação prevista no inciso XXXIII, do art.5º, inciso II, do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da Constituição Federal.
- 10.5.3.** Mantenha as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal sempre disponível à sociedade, em cumprimento ao art. 49, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF;
- 10.5.4.** Observe o disposto nos artigos 31, caput e 74 caput e incisos § 1º da CF/88 e art. 76, caput da Lei nº 4.320/64, quanto a necessidade de controle interno.
- 10.5.5.** Observe com máximo zelo os prazos para remessa dos balancetes mensais e informes periódicos da Câmara, bem como os Relatórios de Gestão e Fiscal e Resumos da Execução Orçamentária, estabelecidos pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015 e art. 54, da Lei Complementar nº 101/200-LRF e Resoluções TCE nºs 15/2013 e 24/2012;
- 10.5.6.** Implante um controle mais eficiente dos bens de caráter permanente da Câmara Municipal nos termos do art. 94, da Lei nº 4.320/64.
- 10.5.7.** Implante um controle mais eficiente dos itens do almoxarifado.



ACÓRDÃO Nº 14/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 14/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

10.5.8. Observe com o máximo rigor a Lei de Licitações e Contratos quanto à: a) Processo licitatório sem numeração nas folhas; b) Protocolo de Entrega dos Convites sem assinaturas dos convidados; c) Na Ata do certame, não está rubricada pelos licitantes; d) Ausência do Ato de designação da comissão de licitação, responsável pelo convite (artigo 38, inciso III da Lei nº 8.666/93); e) Ausência do Parecer Jurídico emitidos sobre a licitação e as minutas dos contratos, o parecer jurídico não estar assinado (art. 38, VI e Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93); f) Nas Cartas Contratos não constam as Assinaturas dos Contratados que firmaram os ajustes.

10.5.9. Promova o recolhimento sempre integral ao Regime Geral da Presidência Social - RGPS das retenções dos servidores desta instituição.

10.6. Dar ciência ao Sr. José Ribamar Fontes Beleza e a Prefeitura Municipal de Barcelos.

10.7. Arquivar os presentes autos nos termos regimentais após a adoção das medidas acima.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Maio de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral